

## APRESENTAÇÃO

## DIREITOS E POLÍTICAS PARA O MULTILINGUISMO

Cristine Gorski Severo<sup>1</sup>  
Bernardo Kolling Limberger<sup>2</sup>  
Jael Sânera Sigales Gonçalves<sup>3</sup>

## Introdução

Considerando a relevância do respeito e do acolhimento a todas as pessoas, a promoção e a manutenção da diversidade linguística, este número da Revista Caderno de Letras agrega textos que apresentam estudos sobre direitos e políticas para o multilinguismo. Neste número temático, trazemos à tona o próprio conceito de multilinguismo, cuja definição clássica inclui o uso de uma ou mais línguas (UNESCO, 1953; 2003) na vida diária. Contudo, com a chamada “virada multilíngue” nos estudos da linguagem, especialmente após os anos 2000 (May, 2013), temos vislumbrado no cenário acadêmico uma intensificação de conceitos e noções voltados para uma ampliação da compreensão sobre diversidade linguística, a exemplo dos seguintes três termos (Severo, 2020): translinguagem (García; Wei, 2014), que questiona o modelo quantitativo aplicado às línguas (nomeadas), defendendo que as fronteiras linguísticas são construções políticas e que os repertórios de sujeitos multilíngues são complexos, ou seja, multimodais, multissemióticos e multiculturais, não podendo ser reduzidos e divididos em línguas e culturas entendidas como unidades discretas e separáveis; práticas transidiomáticas (Jacquemet, 2005), cujo foco é a comunicação, que transcende os limites das línguas e culturas entendidas como unidade, para englobar o papel da tecnologia e dos deslocamentos na construção de práticas comunicativas multilíngues e transculturais, especialmente no contexto da globalização; e metrolingualismo (*metrolingualism*, Otsuji; Pennycook, 2009), que aborda o modo criativo como sujeitos usam seu repertório linguístico em contextos urbanos e multilíngues, especialmente para negociar as suas identidades. Outro exemplo de problematização inclui as reflexões de Makoni e Silveira (2019) sobre o modo como a diversidade linguística africana tem sido abordada; para isso, o autor coloca em discussão os seguintes aspectos: a pluralidade linguística vista na chave quantitativa, a política de nomeação

<sup>1</sup> Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Santa Catarina/Departamento de Língua e Literatura Vernáculas, do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). Líder do grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos.

<sup>2</sup> Doutor em Letras/Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Programa de Pós-Graduação em Letras. Coordenador do Laboratório de Psicolinguística, Línguas Minoritárias e Multilinguismo.

<sup>3</sup> Docente e pesquisadora na UFPel. Líder do Grupo de Pesquisa Letras de Lei.

das línguas, o modo como as línguas africanas foram conceitualizadas, o conceito ideológico de indigeneidade, e o papel dos dicionários como teoria das línguas e dos sentidos.

Esses breves exemplos ilustram a maneira como a esfera acadêmica tem se voltado para aprofundar a compreensão sobre a noção de diversidade linguística, rompendo com uma visão estrutural e instrumental de língua, tida como unidade discreta e quantificável (Makoni; Meinhof, 2004), especialmente em áreas críticas da Linguística Aplicada e das Políticas Linguísticas. Coloca-se, portanto, como desafio refletir sobre as políticas e os planejamentos a partir de concepções fluidas, contextualizadas e locais de língua, de forma que a compreensão e os interesses dos sujeitos sejam levados em conta. No decorrer deste número especial, são explorados conceitos de diversidade linguística em atenção aos diferentes contextos, especialmente quando os interesses de sujeitos e comunidades minoritarizados (Ponso, 2017) são colocados em questão.

Assim, a virada linguística nos estudos da linguagem, e das políticas linguísticas em especial, tem se voltado para problematizações cada vez mais robustas sobre os limites do paradigma uma língua-uma-nação-uma-cultura, atentando para a dimensão social, política e cultural implicada na nossa compreensão de multilinguismo, multiculturalismo e comunidades linguísticas (May, 2013). Trata-se, assim, de romper com o paradigma ideológico do monolingüismo como referência para se definir o que conta como língua e como aprendizagem e ensino de línguas, mesmo nos contextos supostamente monolíngues, como o Brasil. Com isso, questiona-se o nacionalismo metodológico nos estudos da linguagem, que tem tomado o Estado-Nação como unidade de análise (Abdelhay; Severo; Makoni, 2023), para incluir experiências linguísticas múltiplas, como de pessoas refugiadas, surdas, indígenas, afro-brasileiras, entre outras.

Neste número especial, abordamos a diversidade linguística em atenção a esse cenário acadêmico crítico, atentando para a dimensão social e política dos conceitos e das práticas envolvendo o que conta como língua, especialmente no campo da política, que, a nosso ver, deve permanecer aberto a negociações, debates e indagações contínuas, especialmente em diálogo com os sujeitos e comunidades locais.

## Direitos para o multilinguismo

Conforme o documento *Education in a multilingual world: UNESCO education position paper* (UNESCO, 2003), o compromisso da UNESCO com uma educação de valorização da diversidade linguística data dos anos 1950, com a publicação do documento *The Use of Vernacular Languages in Education* (1953), que já propunha uma educação bi-multilíngue, especialmente em contextos pós-coloniais, cuja independência estava em processo de formalização, como é o caso dos países africanos. Já se defendia, por exemplo, o direito das crianças de acesso à educação formal em sua língua materna. Esse direito ainda é urgente, haja vista a situação linguística contemporânea, em que cerca de metade das 6000 ou 7000 línguas existentes no mundo hoje estariam em situação de perigo. Essa situação se agrava diante do dado de que 70% de todas as línguas do mundo estariam localizadas em apenas 20 países, sendo grande parte deles em situação de pobreza ou vulnerabilidade social (UNESCO, 2003). Essa diversidade linguística em situação de perigo caracteriza a realidade das chamadas línguas minoritárias, que são assim designadas a partir de categorias numéricas (número de falantes) ou sociais (situação política das línguas e de seus falantes).

Neste cenário das políticas linguísticas internacionais, podemos mencionar três documentos e iniciativas relevantes centradas na UNESCO, que reforçam uma política em prol dos direitos linguísticos: a Declaração de Bangkok sobre Línguas e Inclusão (*The Bangkok Statement on Language and Inclusion*, UNESCO, 2019), que propôs um plano de ação de políticas linguísticas educacionais para contextos bi/multilíngues enfocando em quatro pilares: (i) língua materna como meio de instrução, especialmente nas séries iniciais; (ii) formação e diversificação de professores, atentando para a mobilização de professores falantes das línguas nativas; (iii) construção de parcerias com associações, universidades e grupos locais; (iv) construção de relatórios que fundamentem e fortaleçam a agenda de 2030 de UNESCO, que é um plano de ação para o desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2019; Severo, 2020). Além dessa declaração, mencionamos a recomendação da UNESCO sobre a promoção e uso do multilinguismo no mundo virtual (*Recommendation concerning the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace*, UNESCO, 2003), um documento que defende: (i) o desenvolvimento de conteúdos e sistemas multilíngues; (ii) a facilitação do acesso a redes e serviços; (iii) o desenvolvimento de conteúdo de domínio público; (iv) e a reafirmação do equilíbrio equitativo entre os interesses dos detentores de direitos e o interesse público. Um terceiro exemplo inclui a criação da *Década Internacional das Línguas Indígenas* (DILI), proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, ao final do Ano Internacional das Línguas Indígenas, atendendo à demanda dos povos indígenas da Bolívia, em prol do reconhecimento da importância de ações de reconhecimento, valorização e preservação das línguas indígenas no mundo; no Brasil, o GT Nacional da DILI tem sido responsável por coordenar os trabalhos (<https://www.decadalinguasindigenasbr.com/>).

Esses exemplos ilustram a relevância dos direitos linguísticos e dos debates em torno do multilinguismo no mundo, que englobam não apenas a esfera educacional formal, mas também os contextos digitais e de compartilhamento público da informação e dos conhecimentos. No que diz respeito aos direitos linguísticos, especialmente, é crescente o interesse acadêmico na temática, contemplando o mapeamento de documentos jurídicos que regulam as línguas, a avaliação da efetividade desses direitos e o desenvolvimento de arcabouço teórico e metodológico para compreendê-los. A primeira seção deste número reúne justamente trabalhos que se ocupam dos direitos linguísticos.

## Políticas para o multilinguismo

Atualmente, com o desenvolvimento das políticas linguísticas, tornou-se complexo definir esse conceito. A definição não faz parte do escopo, mas partimos da teoria de Spolsky (2016, 2021), que compreende as políticas linguísticas como fenômenos sociais, dependentes de comportamentos consensuais e das crenças dos indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala. A sua teoria estabelece uma relação entre práticas, crenças (ou ideologias) e gestão (ou planejamento). A interseção entre esses fatores impulsiona o multilinguismo em comunidades de fala. De modo geral, as práticas são as escolhas e os comportamentos linguísticos das pessoas, ou seja, a(s) variedade(s) realmente usada(s); as crenças são os valores atribuídos às variedades e aos grupos. Por fim, a gestão é o esforço realizado por alguém ou algum grupo para modificar suas práticas ou crenças (Spolsky, 2016). Trata-se de um tripé complexo, que se organiza de forma dinâmica em torno das relações *top-down* e *bottom-up* de políticas linguísticas. Assim, interessam tanto as políticas e vozes institucionais, como aquelas das diversas comunidades linguísticas minorizadas que, muitas vezes, não são levadas em conta pelas políticas oficiais.

Os artigos publicados neste número estão organizados com relação aos componentes da teoria de Bernard Spolsky. Salientamos, no entanto, que há interrelações entre os componentes e, conseqüentemente, mais de um componente pode ser abordado em um único artigo. Dedicamos uma seção especialmente ao contexto educacional, considerado um dos pilares das políticas linguísticas (Spolsky, 2016; 2021). Buscamos uma sintonia com uma concepção de educação linguística crítica, que não se resume a uma noção bancária (Freire, 2005) pautada no ensino conteudista que pressupõe aprendizes passivos e silenciados. Diferentemente, tencionamos valorizar experiências que englobam educação infantil, educação rural e educação superior em contextos variados, como: contextos multilíngues do Panamá e de Angola, contexto surdo e contexto indígena.

Em seguida, apresentamos artigos sobre práticas em outros domínios, atentando para estudos de caso enfocados em exemplos concretos levados a cabo por diferentes comunidades linguísticas, como de migrantes forçados, indígenas e afro-brasileiro. O próximo grupo de textos inclui estudos sobre gestão. Assim, tendo em vista a proposta de Spolsky (2016; 2021) de políticas linguísticas sustentada no tripé práticas, gestão e crenças, neste número especial diferentes comunidades linguísticas serão abordadas, a partir de diferentes perspectivas, sejam elas institucionais-estatais, sejam elas não institucionais.

Por fim, o número ainda inclui a tradução de um texto clássico de Joshua Fishman, intitulado *A sociolinguística e os problemas linguísticos dos países em desenvolvimento (Sociolinguistics and the language problems of the developing countries)*, publicado originalmente em 1968. Trata-se de uma importante contribuição para a visualização dos trabalhos de Fishman – tido como o fundador da área de sociologia da linguagem, tendo publicado mais de 1000 trabalhos sobre o assunto (Severo; Görski, 2023) – em língua portuguesa.

## Os artigos

### *Seção 1 - Direitos Linguísticos*

Iniciamos com a discussão sobre direitos linguísticos, nos primeiros quatro artigos.

O primeiro artigo, intitulado **Direitos linguísticos e plurilinguismo no Brasil: entre políticas, ciências e pedagogias**, é assinado por Pedro Simões e aborda o debate sobre plurilinguismo no Brasil, atentando para considerações sobre direitos linguísticos e suas implicações para políticas, ciências e pedagogias. Para tanto, o artigo explora o pensamento moral de Mikhail Bakhtin a fim de discutir as noções de dever jurídico, dever ser, norma jurídica, ato de vontade, ato ético, heterodiscurso e de gestão linguística. A conclusão considera que aspectos políticos, científicos e pedagógicos da linguagem se articulam no contexto do dever linguístico no Brasil.

O segundo artigo, de Letícia Cao Ponso, versa sobre **Direitos linguísticos dos povos indígenas no ensino superior brasileiro, multilinguismo e avaliação diferenciada: uma análise do Projeto de Lei 5.954/2013**. O texto aborda as políticas linguísticas educacionais das instituições de ensino superior no Brasil, com enfoque nos direitos linguísticos dos estudantes indígenas que ingressaram na universidade nas primeiras décadas do século XX. Discutem-se os mecanismos de avaliação diferenciada e sua relação com as condições de acesso e permanência desses estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação como exemplos de direitos

educacionais. Enfoca-se o Projeto de Lei 5.954/2013, que propõe uma mudança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no sentido de estender às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem e avaliação. Os resultados mostram que as respostas ao veto ao PL 5.954/2013 apontam para a insuficiência das normas que regulamentam os direitos constitucionais dos estudantes indígenas previstos na Constituição Federal de 1988.

O artigo **Reconhecimento legal da língua dos surdos nos municípios do Paraná**, de Andréa Carolina Bernal Mazacotte, Tânia Aparecida Martins e Isis Ribeiro Berger, é o terceiro deste grupo e investiga o papel da Língua de Sinais como a língua natural dos surdos, questionando os mitos da “Linguagem Gestual” ou da “Linguagem de Sinais”. Para tanto, o artigo apresenta uma revisão bibliográfica e documental em torno de dispositivos legais sobre a língua de sinais, com enfoque no estado do Paraná e, particularmente, na categoria “língua dos surdos”.

O quarto e último texto deste grupo é de Nívea Rohling e Willian Gonçalves da Costa e intitula-se **A linguagem neutra no legislativo brasileiro: tensionamentos entre forças centrípetas e centrífugas na língua**. Trata-se de uma análise das ideologias linguísticas presentes em cinco projetos de lei sobre a linguagem neutra que tramitaram no congresso nacional brasileiro no período de 2020 a 2023. Para tanto, são acionadas categorias analíticas do Círculo de Bakhtin e do Campo das ideologias linguísticas. Os resultados mostram um embate entre forças centrípetas (conservadorismos, direita e seus extremos) e forças centrífugas (estratificações linguísticas e heterodiscursiva).

## *Seção 2 - Políticas: contexto escolar/universitário*

Esta seção apresenta seis textos voltados para as políticas linguísticas educacionais, envolvendo tanto educação infantil e superior, como contextos internacionais, como Angola e Panamá. A especificidade da realidade surda é explorada em três trabalhos.

Em **Política linguística institucional no Panamá: o lugar da diversidade linguística e suas implicações para a educação em linguagem**, Maria Luiza Barbosa e Cristine G. Severo descrevem e analisam o lugar da diversidade linguística na política linguística institucional do Panamá, com enfoque nas implicações para a educação em linguagem. Os dados foram gerados por meio de pesquisa *on-line*, com foco em: (i) documentos e *sites* institucionais panamenhos; (ii) publicações de organizações governamentais; e (iii) artigos científicos. A análise revela que, embora o ensino do espanhol e do inglês como segunda língua, na educação básica, seja obrigatório, têm sido elaboradas leis voltadas tanto à preservação da língua materna e aos direitos linguísticos dos povos originários quanto à promoção da educação intercultural bilíngue. Essa atenção à diversidade segue o princípio de territorialidade, consubstanciando-se como uma *política linguística explícita* que, embora seja de orientação progressista, enfrenta uma série de obstáculos e barreiras para a sua efetiva implementação.

O sexto texto intitula-se **A orfandade da escrita: um esboço de desterritorialização do letramento na escola rural angolana** e é assinado por Ezequiel Pedro José Bernardo. O artigo analisa a maneira como a prática de letramento e o ensino na escola rural angolana são abordados tanto pelas políticas educativas oficiais, como pela atuação prática em duas escolas rurais de Angola. Com base em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo, o texto questiona o *modus operandi* da nacionalização do ensino orientado por ideologias

monolíngues e monoculturais. Recomenda-se uma educação que seja sensível às demandas postas pelo modo de vida das comunidades e crianças localizadas em contextos rurais, atentando, especialmente, para a relação escola-comunidade.

A seguir, em **Narrativa visual lógico didática para o ensino ao surdo: a notícia em foco**, Francyllayans Karla da Silva Fernandes, Margarida Rodrigues de Andrade Borges e Edneia de Oliveira Alves exploram uma das ações do projeto de extensão Assessoria e Formação para o ensino de português como L2 para Surdos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que trata do ensino de leitura a partir do uso do Narrativa Visual Lógico Didática com alunos surdos em processo de aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita como L2. Trata-se de um relato de experiências práticas. A teoria que fundamenta o trabalho é a verbo-visualidade de Brait. Os resultados revelam que a Narrativa Visual Lógico Didática facilita o processo de ensino/aprendizagem de leitura em surdo.

O oitavo texto, escrito por Guilherme Gonçalves de Freitas e Francisco Rogiellyson da Silva Andrade, tem como tema as **Performances identitárias de surdos/as: reflexões sobre o processo de constituição alteritária das identidades a partir de uma ação de extensão sobre cultura surda na Universidade Federal de Goiás**. Trata-se de uma análise do processo de constituição identitária (re)velado a partir de palestras proferidas por três participantes surdos/as, em uma atividade de projeto de extensão realizada em alguns cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), *campus* Samambaia, Goiânia. Como resultados, identificou-se que a cultura ouvinte influencia de forma negativa o processo de identificação do sujeito Surdo, remetendo à normalização, ao uso do aparelho auditivo, à oralização e à tentativa de cura. Por outro lado, nota-se uma identificação linguística e cultural construída pelos/as participantes quando interagem com os/as seus/suas pares Surdos/as em casa e em Associações.

Em **Tensionamentos políticos e práticas que constituem a educação de surdos no Brasil**, Walquiria Pereira da Silva Dias e Cristina Broglia Feitosa de Lacerda discorrem analiticamente sobre políticas públicas de educação de surdos no Brasil. Caracteriza-se como pesquisa documental que analisa o Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei 14.191, de 03 de agosto de 2021. As análises estão assentadas teoricamente na educação especial, na educação inclusiva e na educação bilíngue para surdos. Os resultados mostram que a legislação é importante, mas não é autossuficiente; coexistem tensionamentos entre grupos e práticas que dão visibilidade a experiências distintas (mais ou menos favoráveis); e a resistência faz parte do processo. Por fim, o texto defende uma valorização da participação ativa da pessoa surda nas discussões políticas e nas ações estabelecidas.

O décimo e último texto desta seção, **Textualidade diferida em narrativa em Libras para crianças surdas vítimas da enchente no Rio Grande do Sul**, é assinado por Priscila Silveira Soler e Vanessa Regina de Oliveira Martins. O objetivo foi descrever e analisar as estratégias técnicas e linguísticas utilizadas na produção textual em Libras da versão do livro “Vicente e a Enchente”, destacando a textualidade diferida para o público infantil surdo. Utilizou-se o método da cartografia filosófica, com base nas filosofias da diferença de Gilles Deleuze e Félix Guattari, para produzir um mapa analítico do território de pesquisa na articulação entre literatura, registro videogravado em Libras e a educação de surdos. Os resultados mostram que a textualidade diferida baliza a produção analisada, evidente na narrativa em Libras pela utilização de recursos tradutórios e imagéticos, e pelo uso do espaço neutro de sinalização e sua alternância na marcação referencial, características fundamentais nas línguas visuo-espaciais.

*Seção 3 - Das práticas*

Nesta seção, com enfoque nas práticas linguísticas, são apresentados 4 artigos, que abordam contextos variados: migrantes na cidade de Pelotas/RS, transmissão intergeracional em uma comunidade linguística boliviana, o multilinguismo indígena e as práticas em torno do pajubá.

Em **Multilingual service to international migrants in the police context of Pelotas, Brazil**, Gabriel Plácido Campos e Bernardo Kolling Limberger identificam como são realizados os atendimentos multilíngues em âmbito policial envolvendo indivíduos migrantes internacionais em possível vulnerabilidade linguística e agentes policiais nas Delegacias de Polícia. Para tanto, o estudo emprega uma metodologia exploratória estruturada em duas seções: revisão de literatura e aplicação de questionário em sete Delegacias de Polícia Civil mapeadas no município de Pelotas, Brasil. Resultados demonstram que as delegacias carecem de recursos técnicos e humanos para realizar um atendimento desse nível de forma mais efetiva, uma vez que nenhuma das delegacias dispõe de protocolos que orientem os atendimentos a migrantes internacionais. Os autores indicam que, no Brasil, as Delegacias de Polícia Civil não dispõem de diretrizes centralizadas advindas dos seus órgãos diretivos acerca do atendimento multilíngue a migrantes internacionais.

O décimo segundo artigo aborda **Mujeres, familias y lenguas: transmisión intergeneracional de lenguas indígenas en la comunidad de Torewa (Bolivia)**, escrito por Camila Alejandra Loayza Villena, Isabella Mozzillo e Letícia Fonseca Richthofen de Freitas. Trata-se de uma investigação com foco nas políticas linguísticas familiares, que aborda a transmissão intergeracional de línguas indígenas na comunidade de Torewa, Bolívia, atentando para o papel das mulheres. Utiliza-se uma abordagem etnográfica, combinando observação participante e entrevistas semiestruturadas com membros da comunidade. Os resultados mostram que, apesar das influências externas, algumas famílias mantêm a língua indígena como elemento central da sua identidade. A pesquisa conclui que a intervenção estatal, em muitos casos, perpetua o processo colonizador, enfraquecendo a autonomia das comunidades indígenas. O texto reafirma a importância de fortalecer os esforços autônomos das famílias na preservação linguística, atentando para a autodeterminação dos povos indígenas.

Em **Multilinguismo indígena: línguas que transmitem saberes intergeracionais em prol da vida em plenitude**, Vanessa S. Sagica discorre sobre o atual panorama populacional, linguístico e educacional dos povos indígenas no Brasil, tendo como principal objetivo refletir sobre o papel das especificidades indígenas na contribuição para uma perspectiva educacional decolonial, que garanta ao seu universo multilíngue o seu espaço de direito. O texto apresenta uma revisão panorâmica da história dos povos indígenas no Brasil, culminando com a importância da educação intercultural indígena e das epistemes indígenas para a construção de um projeto de vida em plenitude.

Fechando esta seção, o décimo quarto texto, assinado por Kaya Araújo Pereira, Vanise Medeiros e Thaís de Araújo da Costa, tem como título **Sobre o gesto de leitura de um arquivo de pajubá: silenciamento, reparação e homenagem**. Trata-se de uma discussão sobre um arquivo de pajubá (língua com que se têm identificado sujeitos reprimidos por sua sexualidade no Brasil), a partir de uma perspectiva discursivo-materialista da História das Ideias Linguísticas. Para tanto, o artigo reflete sobre os critérios de montagem do arquivo de pajubá em questão, investindo em uma leitura que considere o silenciamento, a justiça e a resistência como

condições de produção dos sentidos sobre esse arquivo. Busca-se, assim, conceituar que o arquivo de pajubá pode/deve ser lido hoje como um arquivo de lacunas, de denúncia e/ou de homenagem, na medida em que o silenciamento, a justiça e a resistência são constitutivos dos modos de compreender o pajubá.

#### *Seção 4 - Da gestão*

Esta seção aborda estudos de caso e análises de políticas linguísticas focadas na gestão em três contextos: política de língua de sinais, políticas multilíngues em contexto universitário da África do Sul e a relação entre ações afirmativas e políticas linguísticas para pessoas indígenas nas universidades brasileiras.

O décimo quinto texto é assinado por Filipe Venade de Sousa e intitula-se **Shaping sign language policy: status planning towards multilingualism**. Partindo da afirmação de que o conceito de direito linguístico aplicável às pessoas surdas é frequentemente indeterminado, o autor analisa as fontes legais das legislações ibero-americanas, comparando-as com as fontes legais dos estatutos das línguas gesto-visuais na Europa. Constatam-se diferenças conceituais e variações nas formulações legais, que acarretam diferentes implicações. O texto defende que as políticas e o planejamento linguístico aplicáveis a essas línguas são necessárias para acompanhar e monitorizar a implementação eficaz dos direitos linguísticos. Assim, não bastaria um enquadramento jurídico formal; seria imperativo existirem condições práticas para o exercício desses direitos, o que requer abordagens diversificadas mediante planejamentos linguísticos em vários domínios.

Em **As políticas linguísticas institucionalizadas nas universidades da África do Sul**, décimo sexto texto deste volume, Alex Sandro Beckhauser e Aiala Bastos dos Santos analisam as políticas linguísticas das universidades da África do Sul, materializadas em documentos institucionais, com foco na promoção do multilinguismo. Observa-se, em especial, o papel do inglês e do africâner, línguas coloniais e oficiais, nas Instituições de Ensino Superior (IES) em relação com outras línguas sul-africanas nacionais. O texto adota uma metodologia documental, agrupando documentos que regulamentam as políticas linguísticas de 13 das 26 IES públicas da África do Sul. Os resultados da pesquisa foram agrupados em três categorias: línguas de ensino e aprendizagem oficialmente declaradas, línguas de administração e documentação oficialmente declaradas e multilinguismo nas condições em que se fizer necessário. Foram constatados esforços institucionais para promover o multilinguismo, porém garantindo a permanência do inglês em todos os contextos, o que instaura desafios e barreiras a serem ainda enfrentados.

Por fim, o último artigo, escrito por Silvaneide Santos Menezes e Kelly Cristina Nascimento Day, aborda **Ações afirmativas e políticas linguísticas para indígenas nas universidades brasileiras: passos e descompassos**. As autoras buscam elaborar um panorama histórico-evolutivo das ações afirmativas e das políticas linguísticas para indígenas nas Universidades brasileiras implementadas desde a promulgação da Lei de Cotas e da Constituição Federal de 1988. Para tanto, traçam um panorama evolutivo das políticas para indígenas no Ensino Superior no Brasil, com foco nas políticas linguísticas adotadas em universidades brasileiras que contemplam as comunidades indígenas. As análises revelam que as políticas afirmativas no ensino superior raramente vêm acompanhadas de políticas de uso das línguas em situações de ensino e de acolhimento linguístico nos espaços acadêmicos.

### Seção 5 - Tradução

Nesta seção, apresenta-se a tradução do artigo **A sociolinguística e os problemas linguísticos dos países em desenvolvimento** (*Sociolinguistics and the language problems of the developing countries*), de Joshua Fishman, publicado originalmente em 1968. O texto foi traduzido por Leonardo Alves e revisado por Cristine G. Severo. Trata-se de um texto clássico que foi amplamente citado na literatura internacional de políticas e planejamentos linguísticos, especialmente por abordar noções caras, como relação entre língua, nacionalismo e nacionismo; processos de normatização e padronização linguística; e a relação entre os estudos linguísticos e a sociologia. Embora os termos “países em desenvolvimento”, “línguas em desenvolvimento” e “modernização linguística”, entre outros mencionados no artigo, sejam questionáveis devido ao estereótipo valorativo que reproduzem, a leitura crítica do texto vale a pena, especialmente por seu valor histórico para a configuração do campo das políticas e planejamentos linguísticos e a discussão relevante sobre processos de padronização e oficialização de línguas.

### Palavras finais

Almejamos que a seleção de textos deste número temático da Revista Caderno de Letras evidencie a diversidade de tópicos, áreas, abordagens e métodos do estudo do multilinguismo do ponto de vista jurídico e político e dê visibilidade a línguas minoritárias e práticas que respeitem a diversidade linguística e garantam direitos para o multilinguismo. Além disso, desejamos que o número consiga instigar pesquisas e diálogos em diferentes níveis e áreas.

Agradecemos às autoras e aos autores pelas interessantes contribuições, às/ aos pareceristas pela avaliação, assim como às leitoras e aos leitores pelo interesse. Desejamos leituras repletas de aprendizados a todos/as/es!

### Referências

- Abdelhay, A.; Severo, C. G.; Makoni, S. Postcolonial Language Policy and Planning and the Limits of the Notion of the Modern State. *Annual Review of Linguistics*, v. 9, p. 483-496, 2023. <https://doi.org/10.1146/annurev-linguistics-030521-052930>
- Freire, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Garcia, O.; Wei, L. *Translanguaging: Language, Bilingualism and Education*. London: Palgrave Macmillan UK: 2014. [https://doi.org/10.1057/9781137385765\\_4](https://doi.org/10.1057/9781137385765_4)
- Jacquemet, M. Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization. *Language & Communication*, v. 25, p. 257-277, 2005. <https://doi.org/10.1016/j.langcom.2005.05.001>
- Makoni, S.; Meinhof, U. Western perspectives in applied linguistics in Africa. *AILA Review*, v. 17, p. 77-104, 2004. <https://doi.org/10.1075/aila.17.09mak>
- Makoni, S.; Silveira, A. C. Da linguística humana ao sistema “d” e às ordens espontâneas: uma abordagem à emergência das línguas indígenas africanas. *Revista da ABRALIN*, v. 17, n. 2, 2019. <https://doi.org/10.25189/rabralin.v17i2.511>

Otsuji, E.; Pennycook, A. Metrolingualism: fixity, fluidity and language in flux. *International Journal of Multilingualism*, v. 7, n. 3, p. 240-254, 2009. <https://doi.org/10.1080/14790710903414331>

Ponso, L. C. Letramento acadêmico indígena e quilombola: uma política linguística afirmativa voltada à interculturalidade crítica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 57, p. 1512-1533, 2018. <https://doi.org/10.1590/010318138653744444791>

Severo, C. G. Unesco e a educação multilíngue: revisões e problematizações. *Travessias Interativas*, v. 10, n. 22, p. 295-312, 2020. <https://doi.org/10.51951/ti.v10i22>

Severo, C. G.; Görski, E. O legado de Fishman e desafios para a sociolinguística brasileira. *Fórum Linguístico*, v. 20, n. 4, p. 9028-9042, 2023. <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2023.e96265>

Spolsky, B. Para uma teoria de políticas linguísticas. *ReVEL*, v. 14, n. 14, p. 32-44, 2016.

Spolsky, B. *Rethinking Language Policy*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021. <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9781474485463.001.0001>

UNESCO. *Education in a multilingual world: UNESCO education position paper*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129728>. Acesso em: 30 dez. 2024.

UNESCO. *The Bangkok Statement on Language and Inclusion: output of the High-Level Policy Forum on Multilingual Education convened in parallel to The Inclusion, Mobility and Multilingual Education Conference: Exploring the Role of Languages for Education and Development*. Bangkok, Thailand: UNESCO Office Bangkok and Regional Bureau for Education in Asia and the Pacific, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372785>. Acesso em: 30 dez. 2024.